

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

28 a 30
Out
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

SINAL VERMELHO

PODER PÚBLICO TEM GASTO MILIONÁRIO COM CARROS

Frota de 1,5 mil veículos é usada por autoridades e servidores

▲ KLEBER AMORIM
kamoreira@redgazeta.com.br

Enquanto o transporte público é alvo de reclamações por parte da população, Poderes e instituições do Espírito Santo gastam, pelo menos, R\$ 5,9 milhões mensais com suas frotas de veículos – o valor anual chega a R\$ 71,2 milhões. O levantamento feito por A GAZETA considerou as despesas do governo estadual, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e das prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

Ao todo são 6,2 mil carros usados pelo poder público no Estado. Esse número engloba veículos utilizados em serviços essenciais para a população, como viaturas e ambulâncias. Outra parte, que corresponde a cerca de 1,5 mil carros, é usada administrativamente, ou seja, não atendem diretamente a sociedade. Em muitos casos, são usados para transporte de autoridades e servidores para casa ou para outros lugares sem relação com o trabalho.

“A forma que a administração pública ainda trabalha, com veículos para transportar autoridades e servidores, é ultrapassada”, analisou o professor da Fuceape, João Eudes, especialista em Contabilidade e Controladoria Governamental.



Carros oficiais da Assembleia Legislativa, usados para transportar os deputados estaduais, não possuem nenhum tipo de identificação

ULTRAPASSADO

“A forma que a administração pública trabalha, com veículos para transportar autoridades, é ultrapassada”

JOÃO EUDES
PROFESSOR DA FUCEAPE

A reportagem considerou quatro itens para a somatória dos gastos: combustível, manutenção de frota, locação e motoristas. Só de combustível, a despesa total, por mês, é de R\$ 2.472.301,00.

“Não são realizados estudos de custos reais desses serviços, de forma a comparar com outras alternativas de transporte que poderiam atender do mesmo jeito, mas de forma mais barata e com melhor qualidade. Tem como mudar, inclusive, com a tecnologia do aplicativo, que pode verificar também o uso correto do veículo”, afirmou o professor.

“Hoje um desembargador, por exemplo, não precisa ter aquele carro preto. Fica muito mais barato indenizar o combustível e a depreciação do veículo próprio dele. Alguns tribunais já fazem isso”, acrescentou Eudes.

ANÁLISE

Brasil tem herança patrimonialista

▲ O Brasil tem uma herança patrimonialista de que autoridades têm que ser buscadas e levadas em casa. Para que essa quantidade existente de veículos para secretários e presidentes de órgãos? Esses dirigentes são tratados em uma realidade tão diferente à do cidadão. Existe ainda uma situação que ocorre em alguns Po-

deres, onde os veículos não são identificados e isso é algo que favorece o mau uso. O veículo como bem público tem que estar sujeito à identificação para que qualquer um fiscalize. Estamos ainda em um período pré-eleitoral e de crise financeira, que são dois motivos para que se tenha mais atenção com os gastos públi-



cos, para que secretários e comissionados não façam política com os veículos.

—
EDMAR CAMATA
SECRETÁRIO-GERAL DA
TRANSPARÊNCIA CAPIXABA

Vitória e Serra gastam mais com veículos

▲ Entre as quatro principais prefeituras da Grande Vitória, as administrações da Capital e da Serra são as que mais gastam com veículos.

A Prefeitura de Vitória tem 368 veículos, sendo 275 próprios e outros 93 alugados. Os gastos são de R\$ 372.500 mensais, divididos em R\$ 203.200 de sa-

lários pagos a 127 motoristas, R\$ 90 mil para combustível, R\$ 70 mil com manutenção de frota e R\$ 9.300 com locação.

Já a Prefeitura da Serra possui 240 veículos – 117 próprios, 42 locados e 23 cedidos. A despesa é de R\$ 198.648 mensais, sendo R\$ 92.800 com salários de

58 motoristas, R\$ 96 mil com combustível, R\$ 600 para manutenção e R\$ 9.248 com locação.

A Prefeitura de Cariacica possui 70 veículos próprios e 62 locados. O custo é de R\$ 153.743 mensais: R\$ 55.674 com motoristas, R\$ 69.120,46 com combustível e R\$ 28.949 com alu-

guel. A manutenção é realizada quando necessário.

A Prefeitura de Vila Velha tem 31 carros próprios, 11 locados e 13 de cooperativas. A despesa é de R\$ 135.760: R\$ 13 mil com combustível, R\$ 5 mil com a manutenção e R\$ 117.760 com a locação de veículos da área da saúde.



Carros no estacionamento da Prefeitura de Vitória



Posto de gasolina: abastecimento de veículos é monitorado no governo estadual

RAIO-X

VEÍCULOS DO PODER PÚBLICO

- ▼ Total 6.290
 - ▼ Administrativos 1.500
 - ▼ Gastos totais R\$ 5.938.957
 - ▼ Gastos com combustível R\$ 2.472.301
 - ▼ Gastos com manutenção de frota R\$ 1.831.508
 - ▼ Gastos com locação R\$ 344.487
 - ▼ Gastos com motoristas R\$ 1.290.661
- PREFEITURAS**
- ▼ Mais gastam Vitória e Serra são as que possuem maior frota e maiores gastos com veículos entre as quatro

administrações municipais da Grande Vitória.

▼ **Vitória**
A prefeitura possui 368 veículos (275 próprios e 93 locados). Os gastos são da ordem de R\$ 372.500 mensais. São R\$ 203.200 de salários pagos para 127 motoristas, além de R\$ 90 mil para custear combustível, R\$ 70 mil com manutenção de frota e R\$ 9.300 com locação de veículos.

▼ **Serra**
A prefeitura possui 240 veículos (117 próprios, 42 locados e 23 cedidos). Os gastos são da ordem de R\$ 198.648. São R\$ 92.800 de salários pagos a 58 motoristas. Outros R\$ 96

mil usados para custear os combustíveis, R\$ 600 com manutenção de frota e R\$ 9.248 com locação.

GOVERNO

▼ **Combustível**
De janeiro a setembro de 2017, o Estado gastou só com combustível por mês, em média: R\$ 530 com álcool; R\$ 66.103 com diesel comum; R\$ 340.485 com diesel S10; R\$ 1.718.470 com gasolina. Um total de R\$ 2.125.588. Conforme o governo, o teto para gastos com combustível não atinge veículos ligados a serviços essenciais, como viaturas policiais e ambulâncias. O gasto total com veículos é de R\$ 3.619.360 mensais.

Governo alega fazer controle de combustível

Prefeitura de Vitória diz ter começado a trocar veículos velhos para reduzir manutenção

▲ **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

O governo do Estado afirmou que, desde 2015, não faz novos contratos para aquisição e locação de veículos e que vem promovendo a redução de despesas com combustível. O Executivo estadual também destacou que o controle do abastecimento dos carros é feito com ações como a priorização de postos com menor valor e a utilização de cartão individualizado de abastecimento.

“Cada automóvel possui restrição de abastecimento, média de consumo, tamanho de tanque, tempo mínimo entre abastecimentos, tipo de combustível e valor”, disse o governo, por nota.

Sobre uso indevido de veículos por autoridades e servidores, sem relação com o trabalho, os órgãos citados no reportagem afirmaram que os veículos são usados exclusivamente para o trabalho e que têm aumentado o controle com a criação de

USO DOS CARROS

“Com a locação, não há custos de manutenção, fica a cargo da empresa. Comprar carros que daqui a seis anos estarão sucateados?”

DAVI DINIZ SECRETÁRIO DA FAZENDA DE VITÓRIA

“Implantaremos sistema inteligente de controle do uso de veículos, através de uma central de frotas. O servidor vai ligar e agendar o uso”

ALEXANDRE VIANA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SERRA

centrais de agendamento, por exemplo.

A Prefeitura de Vitória – que tem a maior despesa com veículos entre os Executivos municipais da Região Metropolitana – afirmou trabalhar para a redução do custeio com carros. De acordo com o secretário

municipal de Fazenda, Davi Diniz, a maior parte da frota é de 1996, cuja manutenção é cara. No entanto, segundo ele, esses veículos vêm sendo substituídos por locações para redução dos gastos.

“Com a locação, a prefeitura não tem custos na manutenção, fica a cargo da empresa. Comprar carros que daqui a seis anos estarão sucateados?”, explicou.

O secretário de Administração e Recursos Humanos da Serra, Alexandre Viana, disse, por sua vez, “que a secretaria vai implantar um sistema inteligente de controle de uso de veículos, através de uma central de frotas, onde o servidor vai ligar e agendar o uso do veículo”.

Ele também prometeu modernizar a frota com automóveis energeticamente eficientes e afirmou que “está nos planos do município a instalação de novas ciclovias na cidade, como a da Avenida Audifax Barcelos, que será entregue nos próximos dias”. “A prefeitura também está finalizando campanha para incentivar o uso de bicicletas pelos servidores”, completou.

Despesa com motoristas chega a R\$ 1,2 milhão

▲ Na iniciativa privada, os aplicativos de celulares, que oferecem o transporte de passageiros, são as alternativas usadas para diminuir custos com frota, manutenção, combustível e motoristas. No poder público, porém, essa transição ainda é tímida, apesar de algumas experiências.

Só com o salário de motoristas, em grande parte comissionados, o poder público no Espírito Santo – governo estadual, prefeituras de Vitória, Serra e Cariacica, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas – gastam R\$ 1,2 milhão mensais.



Aluguel de carros da Assembleia custa R\$ 65 mil

A Assembleia e a Prefeitura de Vila Velha não entraram no cálculo por alegarem não ter o cargo es-

pecífico de motoristas na estrutura administrativa. Servidores que ocupam funções com outras no-

menclaturas, a serviço dos gabinetes dos deputados na Assembleia e das secretarias na prefeitura, desempenham esse papel conciliando com outra atribuição, o que também não deixa de gerar custos.

O Parlamento tem outros gastos com veículos que chegam a R\$ 70.346 por mês. Até setembro, os deputados estaduais gastaram com abastecimento de 30 veículos R\$ 47 mil, cerca de R\$ 5,2 mil mensais. O aluguel dos carros tem o custo de R\$ 65,1 mil por mês. O Tribunal de Contas do Estado gasta R\$ 34,7 mil mensais.

Dados ficam escondidos nos portais de transparência

▲ Os portais da transparência nem sempre fazem jus ao nome. A busca de dados, na maioria dos casos, não é missão fácil. Isso dificulta o acesso à informação, principalmente para o cidadão comum.

Os portais da transparência do Tribunal de Justiça (TJES) e do Ministério Público (MPES) são exemplos desse problema.

Para acesso aos gastos com veículos do TJES, a reportagem recorreu à assessoria de imprensa do Poder, por não conseguir localizar no site os dados. O gasto

mensal é de R\$ 492.603, sendo R\$ 272.123 com motoristas, R\$ 65 mil com combustível, R\$ 16.666 para manutenção e R\$ 138.814 com aluguel.

Já no MPES, a reportagem foi informada de “que as informações estão no Portal da Transparência”. Só foi possível encontrar um contrato, firmado em setembro deste ano, que trata sobre renovação e manutenção de frota no valor de R\$ 88.208,13, e o salário de motoristas, R\$ 2.926,78. Não foi possível localizar o número de servidores.

PODER PÚBLICO TEM GASTO MILIONÁRIO COM CARROS PARA AUTORIDADES

Frota de 1,5 mil veículos é usada por autoridades e servidores

Enquanto o transporte público é alvo de reclamações por parte da população, Poderes e instituições do Espírito Santo gastam, pelo menos, R\$ 5,9 milhões mensais com suas frotas de veículos – o valor anual chega a R\$ 71,2 milhões. O levantamento feito por A GAZETA considerou as despesas do governo estadual, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e das prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

Ao todo são 6,2 mil carros usados pelo poder público no Estado. Esse número engloba veículos utilizados em serviços essenciais para a população, como viaturas e ambulâncias. Outra parte, que corresponde a cerca de 1,5 mil carros, é usada administrativamente, ou seja, não atendem diretamente a sociedade. Em muitos casos, são usados para transporte de autoridades e servidores para casa ou para outros lugares sem relação com o trabalho.

Confira no vídeo uma comparação entre o gasto com carros oficiais e o gasto com transporte público.

A reportagem considerou quatro itens para a somatória dos gastos: combustível, manutenção de frota, locação e motoristas. Só de combustível, a despesa total, por mês, é de R\$ 2.472.301,00.

“Não são realizados estudos de custos reais desses serviços, de forma a comparar com outras alternativas de transporte que poderiam atender do mesmo jeito, mas de forma mais barata e com melhor qualidade. Tem como mudar, inclusive, com a tecnologia do aplicativo, que pode verificar também o uso correto do veículo”, afirmou o professor.

“Hoje um desembargador, por exemplo, não precisa ter aquele carro preto. Fica muito mais barato indenizar o combustível e a depreciação do veículo próprio dele. Alguns tribunais já fazem isso”, acrescentou Eudes.

ANÁLISE

Brasil tem herança patrimonialista

O Brasil tem uma herança patrimonialista de que autoridades têm que ser buscadas e levadas em casa. Para que essa quantidade existente de veículos para secretários e presidentes de órgãos? Esses dirigentes são tratados em uma realidade tão diferente à do cidadão. Existe ainda uma situação que ocorre em alguns Poderes, onde os veículos não são identificados e isso é algo que favorece o mau uso. O veículo como bem público tem que estar sujeito à identificação para que qualquer um fiscalize. Estamos ainda em um período pré-eleitoral e de crise financeira, que são dois motivos para que se tenha mais atenção com os gastos públicos, para que secretários e comissionados não façam política com os veículos.

- Edmar Camata, secretário-geral da Transparência Capixaba

Vitória e Serra gastam mais com veículos

Entre as quatro principais prefeituras da Grande Vitória, as administrações da Capital e da Serra são as que mais gastam com veículos.

A Prefeitura de Vitória tem 368 veículos, sendo 275 próprios e outros 93 alugados. Os gastos são de R\$ 372.500 mensais, divididos em R\$ 203.200 de salários pagos a 127 motoristas, R\$ 90 mil para combustível, R\$ 70 mil com manutenção de frota e R\$ 9.300 com locação.

Já a Prefeitura da Serra possui 240 veículos – 117 próprios, 42 locados e 23 cedidos. A despesa é de R\$ 198.648 mensais, sendo R\$ 92.800 com salários de 58 motoristas, R\$ 96 mil com combustível, R\$ 600 para manutenção e R\$ 9.248 com locação.

A Prefeitura de Cariacica possui 70 veículos próprios e 62 locados. O custo é de R\$ 153.743 mensais: R\$ 55.674 com motoristas, R\$ 69.120,46 com combustível e R\$ 28.949 com aluguel. A manutenção é realizada quando necessário.

A Prefeitura de Vila Velha tem 31 carros próprios, 11 locados e 13 de cooperativas. A despesa é de R\$ 135.760: R\$ 13 mil com combustível, R\$ 5 mil com a manutenção e R\$ 117.760 com a locação de veículos da área da saúde.

Governo alega fazer controle de combustível

O governo do Estado afirmou que, desde 2015, não faz novos contratos para aquisição e locação de veículos e que

vem promovendo a redução de despesas com combustível. O Executivo estadual também destacou que o controle do abastecimento dos carros é feito com ações como a priorização de postos com menor valor e a utilização de cartão individualizado de abastecimento.

“Cada automóvel possui restrição de abastecimento, média de consumo, tamanho de tanque, tempo mínimo entre abastecimentos, tipo de combustível e valor”, disse o governo, por nota.

Sobre uso indevido de veículos por autoridades e servidores, sem relação com o trabalho, os órgãos citados na reportagem afirmaram que os veículos são usados exclusivamente para o trabalho e que têm aumentado o controle com a criação de centrais de agendamento, por exemplo.

A Prefeitura de Vitória – que tem a maior despesa com veículos entre os Executivos municipais da Região Metropolitana – afirmou trabalhar para a redução do custeio com carros. De acordo com o secretário municipal de Fazenda, Davi Diniz, a maior parte da frota é de 1996, cuja manutenção é cara. No entanto, segundo ele, esses veículos vêm sendo substituídos por locações para redução dos gastos.

“Com a locação, a prefeitura não tem custos na manutenção, fica a cargo da empresa. Comprar carros que daqui a seis anos estarão sucateados?”, explicou.

O secretário de Administração e Recursos Humanos da Serra, Alexandre Viana, disse, por sua vez, “que a secretaria vai implantar um sistema inteligente de controle de uso de veículos, através de uma central de frotas, onde o servidor vai ligar e agendar o uso do veículo”.

Ele também prometeu modernizar a frota com automóveis energeticamente eficientes e afirmou que “está nos planos do município a instalação de novas ciclovias na cidade, como a da Avenida Audifax Barcelos, que será entregue nos próximos dias”. “A prefeitura também está finalizando campanha para incentivar o uso de bicicletas pelos servidores”, completou.

Despesa com motoristas chega a R\$ 1,2 milhão

Na iniciativa privada, os aplicativos de celulares, que oferecem o transporte de passageiros, são as alternativas usadas para diminuir custos com frota, manutenção, combustível e motoristas. No poder público, porém, essa transição ainda é tímida, apesar de algumas experiências.

Só com o salário de motoristas, em grande parte comissionados, o poder público no Espírito Santo – governo estadual, prefeituras de Vitória, Serra e Cariacica, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas – gastam R\$ 1,2 milhão mensais.

A Assembleia e a Prefeitura de Vila Velha não entraram no cálculo por alegarem não ter o cargo específico de motoristas na estrutura administrativa. Servidores que ocupam funções com outras nomenclaturas, a serviço dos gabinetes dos deputados na Assembleia e das secretarias na prefeitura, desempenham esse papel conciliando com outra atribuição, o que também não deixa de gerar custos.

O Parlamento tem outros gastos com veículos que chegam a R\$ 70.346 por mês. Até setembro, os deputados estaduais gastaram com abastecimento de 30 veículos R\$ 47 mil, cerca de R\$ 5,2 mil mensais. O aluguel dos carros tem o custo de R\$ 65,1 mil por mês. O Tribunal de Contas do Estado gasta R\$ 34,7 mil mensais.

Dados ficam escondidos nos portais de transparência

Os portais da transparência nem sempre fazem jus ao nome. A busca de dados, na maioria dos casos, não é missão fácil. Isso dificulta o acesso à informação, principalmente para o cidadão comum.

Os portais da transparência do Tribunal de Justiça (TJES) e do Ministério Público (MPES) são exemplos desse problema.

Para acesso aos gastos com veículos do TJES, a reportagem recorreu à assessoria de imprensa do Poder, por não conseguir localizar no site os dados. O gasto mensal é de R\$ 492.603, sendo R\$ 272.123 com motoristas, R\$ 65 mil com combustível, R\$ 16.666 para manutenção e R\$ 138.814 com aluguel.

Já no MPES, a reportagem foi informada de “que as informações estão no Portal da Transparência”. Só foi possível encontrar um contrato, firmado em setembro deste ano, que trata sobre renovação e manutenção de frota no valor de R\$ 88.208,13, e o salário de motoristas, R\$ 2.926,78. Não foi possível localizar o número de servidores.

CASO MILENA GOTTARDI

Pedido de prisão para 6 acusados

Ministério Público ofereceu denúncia à Justiça contra os envolvidos na morte de médica. Entre eles o marido e sogro da vítima

Francine Spinassé
Lucas Rezende
Katherine Paiva

O assassinato da médica Milena Gottardi Tonini Frasson, baleada no dia 14 de setembro quando saía do Hospital das Clínicas, em Vitória, ganhou novo capítulo: agora está na Justiça.

Após a conclusão do inquérito pela Polícia Civil na última semana, o Ministério Público do Estado (MP-ES) ofereceu denúncia ontem à Justiça contra os seis acusados de participação na execução da médica. Além disso, os promotores também pediram a conversão da prisão temporária deles em prisão preventiva.

Entre os denunciados estão o marido de Milena, o policial civil Hilário Frasson, e o pai dele, Esperidião Frasson. Os dois são apontados como mandantes do crime.

Também foram denunciados, por meio da Promotoria de Justiça Criminal de Vitória, Valcir da Silva Dias, Hermenegildo Palauro Filho, Dionathas Alves Vieira, além de Bruno Rodrigues Broetto.

Em nota, o MP-ES revelou que, segundo os autos, Hilário era casado com Milena havia 13 anos e passou a apresentar um comportamento agressivo e obsessivo para com a vítima, o que levou ao fim da relação conjugal.

"O fato não foi aceito por ele e pelo sogro da vítima, Esperidião, que tomou a separação como uma ofensa à família", afirmou na nota.

O Ministério Público disse, ainda que, por causa disso, os dois decidiram matar a médica e, com o auxílio de Valcir e Hermenegildo, contrataram Dionathas, pelo valor de R\$ 2 mil para cometer o crime. O acusado Bruno repassou a Dionathas a motocicleta usada na execução do crime.

De acordo com o órgão, consta nos autos que o crime foi praticado por Valcir, Hermenegildo e Dionathas mediante promessa de recompensa feita por Hilário e Esperidião, "denotando a torpeza da prática do crime por cinco denunciados".

No caso de Hilário, Esperidião, Hermenegildo e Dionathas Alves Vieira eles devem responder pelos crimes de homicídio qualificado (mediante pagamento ou outro motivo torpe; emboscada ou outro recurso que torne impossível a defesa da vítima; e feminicídio) e fraude processual. Se condenados, poderão ter pena de até 34 anos de prisão, após o julgamento.

Já Bruno foi denunciado pelo crime de feminicídio, que prevê pena de reclusão de 12 a 30 anos.

OS ENVOLVIDOS NO CRIME



ESPERIDIÃO

MANDANTE
Esperidião Frasson, 71 anos, juntamente com Hilário, planejou a morte de Milena. Ele cobrava a concretização do crime.

HILÁRIO

MANDANTE

O policial civil Hilário Frasson, 44, era marido de Milena e teria armado a execução dois meses antes. Ele teria acionado Valcir para executá-la.



MILENA GOTTARDI foi morta ao deixar plantão no Hospital das Clínicas

"Justiça está sendo feita", afirma irmão de Milena

Após saber da denúncia do Ministério Público do Estado (MP-ES) à Justiça, o irmão da médica Milena Gottardi, Douglas Gottardi, disse que a família está satisfeita com o trabalho da polícia e dos promotores de Justiça no caso.

"A justiça está sendo feita, mas eles ainda irão para o júri popular. Esperamos que os culpados sejam condenados", frisou Douglas.

FRIEZA

Ao pedir a conversão da prisão temporária em preventiva para os seis acusados de participação no crime, o MP-ES, por meio da Promotoria de Justiça Criminal de Vitória, afirmou que a morte de Milena foi praticada com "extrema frieza, premeditação e planejamento".

De acordo com os promotores, não houve qualquer preocupação dos denunciados em deixar duas crianças (as filhas de Milena) sem

a convivência com a mãe.

"Dessa forma, os denunciados são indivíduos de alta periculosidade, com histórico de envolvimento em crimes e temidos na região em que residem e que, em liberdade, intimidarão testemunhas", disse a nota enviada pelo Ministério Público, ontem.

Outra manifestação foi pelo encaminhamento das provas obtidas para serem juntadas ao procedimento administrativo disciplinar que tramita na Corregedoria-Geral da Polícia Civil contra Hilário e em eventual procedimento administrativo (PAD) dele decorrente.

Entre os promotores de Justiça que atuam no caso e acompanharam as investigações policiais, estão Paulo Panaro Figueira Filho e Jerson Ramos.

A denúncia foi protocolada na 1ª Vara Criminal de Vitória e, se for aceita pela Justiça, os acusados vão a júri popular.



JUDINHO

INTERMEDIÁRIO

Hermenegildo Palauro atuou com Valcir na contratação de Dionathas para executar Milena. O crime teria sido na "camaradagem".

VALCIR

INTERMEDIÁRIO

Valcir da Silva Dias teria contratado Dionathas para matar Milena. Contou que foi procurado por Hilário para fazer a execução.



DIONATHAS

EXECUTOR

Dionathas Alves Vieira atirou em Milena no Hucam. Ele teria a promessa de receber R\$ 2 mil pelo crime - mas não recebeu.

BRUNO

CÚMPLICE

Bruno Rodrigues Broetto conseguiu a moto para ser usada no dia do crime. Disse que já acreditava que o veículo seria usado num homicídio.



OS PROMOTORES de Justiça Paulo Panaro e Jerson Ramos atuam no caso

Fotos: Polícia Civil e Ministério Público do Estado.

CASO MILENA GOTTARDI

Gravações revelam plano para escapar

Gravações telefônicas obtidas durante as investigações da Polícia Civil reforçaram indícios da ligação entre os acusados de participação na morte da médica Milena Gottardi.

Além dos depoimentos, conversas entre Hermenegildo Palauro Filho, o Judinho, e Valcir da Silva Dias, apontados como intermediários no crime, reforçam o papel dos acusados e o plano de fuga deles.

A reportagem teve acesso a conversas transcritas de interceptações telefônicas que constam no relatório do titular da Delegacia Especializada de Homicídio contra a Mulher, delegado Janderson Lube.

A primeira conversa foi no dia 20 de setembro, um dia antes da prisão de Valcir, de Esperidião Frasson e Hilário Frasson. Nela, Valcir conta para Judinho que irá falar com um advogado e se entregar.

Ao ser questionado por Judinho sobre quem seria o advogado, ele diz: "Hilário está arrumando".

Para a polícia, os diálogos confirmam a associação entre os investigados e a "perpetuação" da associação até mesmo para a defesa deles.

Ainda na conversa, Judinho tenta convencer Valcir a não se entregar e pergunta o que o cúmplice pretende dizer à polícia, pedindo para não envolver seu nome.

Outro diálogo entre os dois intermediários no dia seguinte, mesma data em que Valcir foi preso, mostra Judinho alertando o comparsa. "Cuidado com esse comandante nosso", disse Judinho se referindo a Hilário ou Esperidião. Ele completa dizendo que foi o "comandante" que jogou areia em tudo.

Para a polícia, a conversa reforça os indícios de mando por parte de Hilário e Esperidião.

Com relação à fala de Valcir nas gravações de que Hilário estaria arrumando um advogado para ele, a defesa de Valcir, Carlos Eduardo Lyrio, negou que já tenha entrado em contato com Hilário e disse que "está surpreso" com o diálogo.

"Abro meu sigilo telefônico e bancários nos últimos 10 anos se preciso for. Nem o Valcir eu conhecia até o dia do depoimento dele na delegacia. Eu só entrei no caso, porque conhecia uma pessoa da família dele", explicou.



DELEGADO JANDERSON LUBE conduziu as investigações do assassinato da médica Milena Gottardi, em Vitória

Defesas sem detalhes da denúncia

Procurados, os advogados Hiran Luis da Silva, que defende Espiridião Frasson; Leonardo Rocha de Souza que defende Bruno e Dionathas; David Passos que representa a defesa de Hermenegildo, e Luiza Nunes Lima, que participa da defesa de Hilário Frasson, afir-

maram que ainda não tiveram conhecimento da denúncia do Ministério Público do Estado na íntegra e, por isso, preferiram não se manifestar. Já o advogado de defesa de Valcir da Silva Dias, Carlos Eduardo Lyrio, disse que "ficou claro que a suposta participação

de Valcir não ficou provada no local do crime".

"Os laudos técnicos demonstram isso. O que Valcir confirma unicamente em sua defesa é que foi procurado por uma pessoa. E indicou outra pois não possui a natureza de criminoso", defendeu.

TRECHOS DAS CONVERSAS



JUDINHO
INTERMEDIÁRIO

> **DATA:** 20/09/2017
(quarta-feira após o crime, que aconteceu no dia 14 de setembro)



VALCIR
INTERMEDIÁRIO

> **HORÁRIO:** 20h41
(Um dia antes da prisão de Valcir e dos dois acusados de serem mandantes)

Conversa com advogado

- > **VALCIR:** E aí, está aonde?
- > **JUDINHO:** Estou por aí afora. Falar muito por telefone não, né?
- > **VALCIR:** Deixa eu falar pra você, eu vou me entregar amanhã, tá?
- > **JUDINHO:** Rapaz, não faz isso não.
- > **VALCIR:** Vou. Já estou em Timbuiá.
- > **JUDINHO:** Tá doído.
- > **VALCIR:** Vou conversar com o advogado amanhã. Vou com o advogado.

Carro procurado

- > **VALCIR:** Eu vim embora. Estou em Timbuiá, cheguei aqui agora e não tem ninguém aqui em casa, acredita?
- > **JUDINHO:** Não rapaz, eu sei, mas sai fora daí rapaz. Eles estão atrás do seu carro, sabe que é um carro preto... não sei o que, não sei o que lá. Você vai fazer o que aí? Vai botar o nome de quem?

> **VALCIR:** Meu amigo, vou falar que eu não estava lá, que não sei de nada.

Medo de Dionathas falar

- > **JUDINHO:** Eles estão com coisa, o problema... Você sabe por que tem que sair fora? Porque Dionathas vai dar um depoimento amanhã ou depois aí, desse trem.
- > **VALCIR:** Não, mas já vieram aqui em casa hoje de novo. Entraram aqui. Vão levar o (diz o nome de uma pessoa) preso se eu não aparecer, rapaz, está ficando doído.
- > **JUDINHO:** Deus me livre!

Sem nomes

- > **JUDINHO:** Hein, se você puder não coloca o meu nome nesse trem não.
- > **VALCIR:** Não, eu não vou botar o nome de ninguém.
- > **JUDINHO:** (...)
- > **VALCIR:** Deixa comigo. Eu

não boto o nome de ninguém, eu morro, mas não boto o nome de ninguém.

Sem se entregar

- > **JUDINHO:** Está arriscado o moleque (Dionathas) botar meu nome no trem lá. Que eles estão querendo botar nós... que diz, que os policiais falou que nós somos os bichos dentro de Timbuiá... Agora eu vou te falar a verdade, eu não me entrego não, Valcir.
- > **JUDINHO:** (...) mas eu não me entrego não. Daqui eu vou pra frente, entendeu?
- > **VALCIR:** Eu vou lá na polícia pra ver o que vai dar.
- > **JUDINHO:** Mas não vai hoje não, p...

Advogado

- > **VALCIR:** Não, eu vou conversar com advogado amanhã.
- > **JUDINHO:** Quem é o advogado?
- > **VALCIR:** Hilário está arrumando aqui.
- > **JUDINHO:** Então, mas cuidado aí...
- > **VALCIR:** Segundo (...) estou te falando, não estou sabendo de nada. (Nome da pessoa) que me contou.
- > **JUDINHO:** Eu sei, fala
- > **VALCIR:** (Nome da pessoa) me contou que Hilário está arrumando um advogado aqui, que é pra mim vir aqui que ele quer falar comigo, vamos ver. Se ele não arrumar um em Santa Teresa, vou mandar aí, mandar ir lá, resolver esse negócio pra mim.

Sem dinheiro

- > **JUDINHO:** O que eu posso falar é o seguinte: que (pessoa do sítio onde moto foi guardada) falou que eu pedi para guardar a moto, que tem uns 30 dias que eu pedi pra guardar a moto lá, entendeu? Eu estou aqui rapaz, você sabe por que eu estou aqui? Eu estou aqui, estou a pé, sem um real

"CUIDADO COM ESSE COMANDANTE NOSSO, QUE ESSE COMANDANTE QUE BOTOU AREIA NOS TREM TUDO"

no bolso, sem um real e a pé. O (nome de uma pessoa) aqui, rapaz, não tinha jeito de sair comigo aqui porque não tinha dinheiro aqui, coitado. Sabe o que ele fez hoje? Vendeu uma vaca que ele deu dois conto por 1.400 real pra poder arranjar o dinheiro, entendeu?

> **Eu...** você pode coisar aí, se precisar de qualquer coisa, entendeu? Vou ver se corro lá em cima vender um trem, vender qualquer coisa, aquela carreta do seu (nome de uma pessoa), se precisar de dinheiro, se precisar de alguma coisa, entendeu? Eu não vou abandonar, não abandono você, não, rapaz.

> **VALCIR:** Tá. Deixa eu te falar, eu vou sumir com esse chip, tá? Eu vou arrumar outro telefone pra nós entrar em contato aí.

> **DATA:** 21/09/2017
(Quinta-feira dia, em que Valcir e os dois mandantes foram presos)

> **HORÁRIO:** 08h24
(Esperidião Frasson já tinha sido preso. Valcir, foi encontrado pela polícia logo depois da conversa)

da manhã hoje.

> **VALCIR:** Prenderam?

> **JUDINHO:** Dizem que prenderam. Se eu fosse você ficava na sua, não vai se entregar assim não.

- > **VALCIR:** Não estou sabendo.
- > **JUDINHO:** (...)
- > **VALCIR:** Estou indo para Vila Velha.
- > **JUDINHO:** Cuidado você ficar andando, passando dentro desse centro, passando no pedágio aí que eles filmam tudo. Por que você não arranja outro canto?
- > **VALCIR:** Eu vou conversar com advogado, se qualquer coisa ele falar que vai agarrar eu rapo fora.
- > **JUDINHO:** Hein, qualquer coisa sai daqui e vai pra qualquer canto aí rapaz, pra Minas, Bahia...
- > **VALCIR:** Eu vou voltar para o mesmo lugar, eu vou.
- > **JUDINHO:** Se eu fosse você não tinha saído de lá não, rapaz. Nossa mãe!

Comandante

- > **VALCIR:** Eu só vou lá em Vila Velha, e eu acho que já deu pepino que eles não chegaram aqui ainda.
- > **JUDINHO:** Você está aí pertinho mesmo?
- > **VALCIR:** Eu estou aqui na linha perto de moreno aqui.
- > **JUDINHO:** Então tá bom. Qualquer coisa... você fica ativo aí. Cuidado com esse comandante nosso (Hilário ou Esperidião), que esse comandante nosso que botou areia nos trem tudinho aí.
- > **VALCIR:** Então tá, pode ficar tranquilo.

OBS: Os trechos foram transcritos mantendo erros nas falas dos envolvidos. E alguns nomes não foram citados, por se tratarem de pessoas não investigadas.

"HILÁRIO ESTÁ ARRUMANDO UM ADVOGADO AQUI, QUE É PRA MIM VIR AQUI QUE ELE QUER FALAR COMIGO"

Promotores denunciam seis pelo assassinato de médica

Documento entregue ontem à Justiça Estadual denuncia todos por feminicídio

Seis pessoas foram denunciadas pelo assassinato da médica Milena Gottardi, de 38 anos, crime cometido no dia 14 de setembro deste ano. Foi pedido ainda pelo Ministério Público do Estado (MPES), por meio da Promotoria de Justiça Criminal de Vitória, a conversão da prisão temporária em preventiva de todos os que foram denunciados, já que há o risco de que eles "intimidarão testemunhas".

A denúncia, encaminhada ontem para a Justiça Estadual, destaca que a morte de Milena "foi praticada com extrema frieza, premeditação e planejamento, por motivo abjeto, sem qualquer preocupação dos de-

nunciados em deixar duas crianças sem a convivência com a mãe". Acrescenta que os "denunciados são indivíduos de alta periculosidade, com histórico de envolvimento em crimes e temidos na região em que residem e que, em liberdade, intimidarão testemunhas".

Foram denunciados o ex-marido da vítima, o policial civil Hilário Antônio Fiorot Frasson e seu pai, Esperidião Carlos Frasson; além de Valcir da Silva Dias, Hermenegildo Palauro Filho e Dionathas Alves Vieira. Todos pelos crimes de homicídio qualificado, feminicídio e fraude processual.

Bruno Rodrigues Broetto foi denunciado pelo crime de feminicídio. Na conclusão do inquérito pela Polícia Civil, o delegado Janderson Lube havia ainda indiciado quatro dos



Hilário, ao lado, foi denunciado pelo crime contra a ex-mulher, Milena

acusados também pelo crime de furto do celular da vítima, que agora foi descartado pelos promotores.

É informado ainda na denúncia que Hilário era casado com a vítima há 13 anos e passou a apresentar

um comportamento agressivo e obsessivo com a vítima, o que levou ao fim da relação conjugal. O fato não foi aceito por ele e pelo sogro da vítima, Esperidião, que tomou a separação como uma ofensa à família.

ARQUIVO

ção do assassinato.

O caso foi considerado como feminicídio, por ter sido "praticado contra mulher por razões do sexo feminino, com violência doméstica e familiar contra Milena, que foi executada por determinação de Hilário e Esperidião, cônjuge e sogro, respectivamente, situação que era do conhecimento de Hermenegildo, Valcir e Dionathas".

Foi manifestado ainda que as provas obtidas podem ser juntadas ao procedimento administrativo disciplinar (Investigação Sumária) que tramita na Corregedoria-Geral da Polícia Civil contra Hilário e em eventual procedimento administrativo (PAD) dele decorrente.

Até o fechamento desta edição os advogados ainda não tinham se manifestado sobre a denúncia.

Defesas de pai e filho não se manifestam

O advogado Homero Mafra, que faz a defesa do ex-policial Hilário Frasson, informou que não se manifestaria sobre a denúncia. Segue o mesmo caminho o advogado Hiran Silva, que responde pela defesa de Esperidião Frasson, acrescentando que só vai se manifestar após "tomar conhecimento da denúncia".

O advogado de Valcir da Silva, Carlos Eduardo Lyrio, destacou que "ficou claro que a suposta participação de Valcir não ficou provada no local do crime. Os laudos técnicos demonstram isso. O que Valcir confirma unicamente, em sua defesa, é que foi procurado por uma pessoa. E indicou outra pois não possui a natureza de criminoso e não possui nenhuma pendência em seu nome", disse.

Já Leonardo Rocha, que faz as defesas de Dionathas e do Bruno, informou que tomou conhecimento sobre a denúncia pela imprensa e discorda quanto a acusação de fraude processual. Afirmou que tal fato apenas con-



Esperidião foi denunciado por feminicídio

firma a efetividade da colaboração que o seu cliente, que desde o início tem ajudado nas investigações.

Quanto ao Bruno, Rocha informou que "lamenta profundamente que o mesmo esteja sendo envolvido um episódio em que não teve qualquer participação".

O advogado de Hermenegildo, David Passos, informou com certeza que durante a instrução processual ficará comprovada a inocência do seu cliente. "Agora, vou aguardar a posição do juiz para tomar a providência cabível", assinalou.

Caso Milena: Ministério Público apresenta denúncia contra seis suspeitos

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/1509216842201444339.html>

MP-ES denuncia ex-marido e mais cinco por assassinato da médica Milena Gottardi

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/t/edicoes/v/mp-es-denuncia-ex-marido-e-mais-cinco-por-assassinato-da-medica-milena-gottardi/6249417/>

MP-ES denuncia ex-marido e mais cinco por assassinato da médica Milena Gottardi

Promotoria também pediu a conversão das prisões de temporárias para preventivas.

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) denunciou, nesta sexta-feira (27), os seis acusados pelo assassinato da médica Milena Gottardi, aos 38 anos, no dia 14 de setembro deste ano. A procuradoria ainda pediu a conversão da prisão deles, de temporária para preventiva.

O ex-marido da médica, Hilário Frasson, além do pai dele, Esperidião Carlos Frasson, e Valcir da Silva Dias, Hermenegildo Palauro Filho e Dionathas Alves Vieira foram denunciados pelos crimes de homicídio qualificado, feminicídio e fraude processual. Já Bruno Rodrigues Broetto foi denunciado pelo crime de feminicídio.

A denúncia foi feita pela Promotoria de Justiça Criminal de Vitória. Para o MP-ES, o crime teve motivação "torpe" em relação à Hilário, que não aceitava o fim do casamento, e do pai, Esperidião, que considerou uma ofensa à família o fim do casamento.

Pedidos de prisão

O MP-ES ainda pediu a conversão da prisão temporária dos seis denunciados para prisão preventiva, como garantia da ordem pública e de continuação do processo.

Para a procuradoria, a morte de Milena foi praticada com extrema frieza, premeditação e planejamento, sem qualquer preocupação dos denunciados em deixar as duas crianças sem convivência com a mãe. A procuradoria ainda cita que os denunciados são de alta periculosidade, com histórico de envolvimento em outros crimes e temidos na região de Fundão, na Grande Vitória.

O MP-ES encaminhou as provas obtidas no inquérito policial para serem juntadas ao procedimento administrativo disciplinar que tramita na Corregedoria-Geral da Polícia Civil contra Hilário. Ele pode ser até expulso da corporação.

O crime

Milena Gottardi, de 38 anos, foi baleada no último dia 14 de setembro, ao sair do trabalho no Hospital das Clínicas, em Vitória. A morte da médica foi constatada no dia seguinte, depois que ela ficou em coma.

Seis pessoas estão presas, suspeitas de participação no crime:

Hilário Frasson - ex-marido da vítima e suspeito de ser o mandante do crime;

Esperidião Frasson - ex-sogro da vítima e suspeito de ser o mandante do crime;

Dionathas Alves - suspeito de ter atirado na médica no Hospital das Clínicas;

Valcir da Silva - suspeito de ser intermediador do crime, a pedido dos mandantes;

Hermenegildo Palauro Filho, o Judinho - suspeito de ser intermediador do crime, a pedido dos mandantes;

Bruno Rodrigues - suspeito de roubar a moto usada por Dionathas no crime.

CASO MILENA GOTTARDI

Advogado deixa defesa de lavrador

O advogado Carlos Eduardo Lyrio anunciou na tarde de ontem que deixou a defesa de Valcir da Silva Dias, acusado de ser um dos intermediários do assassinato da médica Milena Gottardi Tonini Frasson.

Em nota oficial, divulgada pelo próprio advogado, ele escreveu que “quando a sua convicção pessoal entra em conflito com o advogado, já não é mais possível continuar na defesa de alguém”.

Em seguida, Lyrio ressaltou que lamenta a morte da médica e se sensibiliza e solidariza com a família de Milena.

“Meu bom nome, minha dignidade e minha paz de espírito não têm preço. Lamento profundamente a morte da Milena que tinha a minha idade. E por isso, eu, como ser humano, não posso prosseguir mais. Não falo mais como advogado. Falo como pessoa. Eu me sensibilizo e me solidarizo com a família da Milena. Minha vida é um livro aberto”, frisou o advogado.

Procurado pela reportagem, Lyrio confirmou a saída do caso e ressaltou ser motivada por convicções próprias.

“Não quero meu nome envolvido nessa história. Tudo que consegui foi com muito esforço. Tenho respeito na sociedade. Não quero meu nome e o nome do escritório envolvidos mais nesse caso. Para mim, acabou!”, decretou ele à reportagem.

Na tarde de sexta-feira, o Ministério Público do Estado (MP-ES) ofereceu denúncia à Justiça de Valcir e dos outros cinco acusados de participar da morte da médica Milena Gottardi.

Os promotores também pediram a prisão preventiva dos acusados.

DAYANA SOUZA - 21/09/2017



LYRIO decidiu abandonar o caso

MORTE DE MILENA GOTTARDI

FOTOS: REPRODUÇÃO



Valcír é acusado de intermediar morte de Milena

Advogado deixa caso após denúncia

▄ O advogado Carlos Eduardo Lyrio, responsável pela defesa de Valcír da Silva, acusado de ser um dos intermediários do assassinato da médica Milena Gottardi, abandonou o cliente. Ele alega que o envolvimento no caso "prejudica seu nome e valores profissionais".

A decisão ocorreu um

dia após o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), denunciar seis acusados pelo homicídio da médica, entre eles Valcír da Silva.

"Quando a sua convicção pessoal entra em conflito com o advogado já não é mais possível continuar na defesa de alguém. Meu bom

nome, minha dignidade e minha paz de espírito não têm preço", disse em nota.

Ele ainda lamentou a morte da médica. "Lamento profundamente a morte da Milena, que tinha a minha idade. E por isso, eu, como ser humano, não posso prosseguir mais. Não falo mais como advogado. Falo como

pessoa. Eu me sensibilizo e me solidarizo com a família da Milena. Minha vida é um livro aberto", concluiu.

A reportagem questionou o advogado se ele ainda acreditava na inocência de Valcír, no entanto, ele afirmou que não vai mais se pronunciar sobre o caso pois não faz mais parte dele.

Advogado abandona defesa de lavrador envolvido na morte de médica

“Eu, como ser humano, não posso prosseguir mais”, afirmou o advogado

O advogado Carlos Eduardo Lyrio, responsável pela defesa de Valcir da Silva, acusado de ser um dos intermediários do assassinato da médica Milena Gottardi, abandonou o cliente. Ele alega que o envolvimento no caso “prejudica seu nome e valores profissionais”.

“Quando a sua convicção pessoal entra em conflito com o advogado já não é mais possível continuar na defesa de alguém. Meu bom nome, minha dignidade e minha paz de espírito não têm preço”, disse em nota.

Ele ainda lamentou a morte da médica. “Lamento profundamente a morte da Milena, que tinha a minha idade. E por isso, eu, como ser humano, não posso prosseguir mais. Não falo mais como advogado. Falo como pessoa. Eu me sensibilizo e me solidarizo com a família da Milena. Minha vida é um livro aberto”, concluiu.

A reportagem questionou o advogado se ele ainda acreditava na inocência de Valcir, no entanto, ele afirmou que não vai mais se pronunciar sobre o caso pois não faz mais parte dele.

DENÚNCIA

A decisão ocorreu um dia após o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Promotoria de Justiça Criminal de Vitória, denunciar seis acusados pelo homicídio da médica Milena Gottardi Tonini Frasson, crime cometido no dia 14 de setembro no Hucam. Dentro os denunciados está Valcir da Silva.

Consta nos autos que o crime foi praticado por Valcir, Hermenegildo e Dionathas mediante promessa de recompensa feita por Hilário e Esperidião. Por volta das 19 horas, no estacionamento do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hospital das Clínicas), o denunciado Dionathas, a mando dos denunciados Hilário e Esperidião, com a participação dos denunciados Valcir, Hermenegildo e Bruno, efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima Milena Gottardi Tonini Frasson causando a morte dela no dia seguinte.

Segundo o MPES, No dia e hora do crime, Valcir e Hermenegildo foram ao hospital e entregaram a Dionathas a arma utilizada para efetuar os disparos. Por volta das 18 horas, o denunciado Hilário telefonou para a vítima para se certificar de que ela estava no local e o horário que sairia de lá. Em seguida, telefonou para Esperidião, que repassou as informações para Valcir, de modo concretizar a prática do homicídio.

Logo após a denúncia ser protocolada, o advogado Carlos Eduardo Lyrio, que ainda fazia a defesa de Valcir informou que “ficou claro que a suposta participação de Valcir não ficou provada no local do crime. Os laudos técnicos demonstram isso. O que Valcir confirma unicamente, em sua defesa, é que foi procurado por uma pessoa. E indicou outra pois não possui a natureza de criminoso e não possui nenhuma pendência em seu nome. Nunca cometeu nenhum crime em sua vida toda”.

Acusado de mandar matar ex, Hilário sai da cadeia para ir ao dentista

Sem algemas, Hilário foi escoltado por quatro policiais, em carro descaracterizado da Polícia Civil

O acusado de ser um dos mandantes do assassinato da médica Milena Gottardi saiu da Delegacia de Novo México, em Vila Velha, para ir ao dentista na manhã desta segunda-feira (30). Hilário Frasson foi ao consultório, localizado na Praia do Canto, em Vitória.

A equipe de A GAZETA, que está no local, constatou que o policial civil chegou em um carro descaracterizado da Polícia Civil. Uma viatura da PC também participou da ação. Sem algemas, Hilário foi escoltado por quatro policiais.

Ele mesmo tocou o interfone e entrou no consultório. O ex-marido da médica não quis falar com a imprensa. Logo após a entrada de Hilário Frasson no prédio, um dos policiais voltou à rua, manobrou o carro levou Hilário e entrou com o veículo na garagem do edifício.

Um casal que estava no mesmo consultório contou à reportagem que o Hilário chegou, esperou cerca de dois minutos sentado e já entrou para ser atendido, às 9h15.

Advogado de matador diz: ‘Meus clientes serão tratados igual Hilário?’

Leonardo Rocha desabafou em rede social sobre possível tratamento diferenciado para o policial

Indignado com o tratamento dado ao acusado de mandar matar a médica Milena Gottardi - diferente do dispensado a outros presos -, o advogado Leonardo Rocha fez um desabafo nas redes sociais ao ver que o policial civil Hilário Frasson saiu da delegacia para ir ao dentista, na Praia do Canto, na manhã desta segunda-feira (30).

Rocha representa o executor confesso do crime, Dionathas Alves, e Bruno Broetto Rodrigues, apontado como a pessoa que emprestou a moto para o assassino. Ambos estão presos no Centro de Detenção Provisória da Guarapari.

“Será que os meus clientes que estão presos terão o mesmo tratamento dado ao policial civil? Carro descaracterizado, sem algemas, dentista particular na Praia do Canto? Diz a Constituição que todos são iguais perante a lei. Já vi em corredores dos fóruns senhoras de 60 anos e mulheres grávidas algemadas nos pés e nas mãos sobre o argumento de segurança. E aí?”, questionou em uma rede social.

A equipe do Gazeta Online conversou com o advogado, que completou: “Isso é uma violência. Já vi gente arrancar dente dentro do presídio na mão, porque não teve condições de ter tratamento com urgência. Vejo toda semana famílias clamando por tratamento médico para presos. Não tem médico, não tem remédio, tem que aguardar escolta... Dois, três meses... Todos vão com carro caracterizado, algema nos pés e nas mãos, escolta armada e uniforme da unidade prisional.”

Mais uma vez, o advogado indaga: “Todos são iguais perante a lei? Minha revolta não é pelo tratamento a ele, mas que se dê um tratamento digno a todos. Se o argumento é algemar por questões de segurança, quer dizer que o Hilário não é uma pessoa perigosa? Um senhora presa com 20 buchas de mачonha é perigosa e um policial civil acusado de um crime bárbaro como esse não é perigoso? Viatura descaracterizada... Meus clientes também querem o mesmo tratamento”, conclui.

REPERCUSSÃO NA INTERNET

Internautas do Gazeta Online também comentaram o episódio. “Só por que ele é policial está sem as algemas? E daí? É bandido igual qualquer um outro”, escreveu uma internauta.

Outro afirmou: “Eu acho que ele é pior ainda do que os ‘bandidos comuns’, porque ele foi treinado para agir em favor das pessoas, ele teve acesso a treinamento, ainda que nunca tenha atuado nas ruas, por ser policial civil.”

SECRETARIA DE SEGURANÇA

Questionada pela reportagem do Gazeta Online desde as 10h08 desta segunda-feira (30), a Secretaria de Estado da Segurança Pública ainda não informou:

- Por que Hilário saiu da prisão?
- Ele tinha autorização para sair?
- Quem eram as pessoas que estavam com ele?
- Ele não estava algemado. Deveria estar? Qual o procedimento nesses casos?

ADVOGADOS DATIVOS

TJES apura indicações irregulares

Após denúncia da OAB, Corregedoria vai analisar se juízes favoreceram parentes

RAFAEL BARROS
rbarros@redgazeta.com.br

Está nas mãos da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado, para ser apreciada, uma denúncia da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES) sobre suposto favorecimento de advogados – alguns deles, parentes de magistrados – indicados como advogados dativos – aqueles designados a atuar em comarcas onde não há defensores públicos.

A OAB aponta irregularidades em comarcas da Grande Vitória. De acordo com a entidade, alguns dos dativos que estão sob suspeita chegaram a ser nomeados em mais de 120 ações.

A OAB afirma que dos 716 advogados nomeados para a função entre janeiro de 2016 e junho de 2017, 40 receberam mais da metade dos R\$ 4,3 milhões que foram pagos. Essa minoria de advogados recebeu valores entre R\$ 27 mil e R\$ 97 mil, segundo consta na denúncia.

O presidente da OAB-ES, Homero Mafra, disse ser inaceitável que isso ocorra e



Tribunal de Justiça: denúncia está com Corregedoria

NA DENÚNCIA

R\$ 4,3 milhões

É quanto o Judiciário gastou com pagamentos de advogados dativos.

destacou que a instituição vai passar um pente-fino em todo o Estado. “Nós estamos levantando comarca por comarca. Neste primeiro momento, mostramos o desacerto na Grande Vitória. A Ordem quer que isso seja normatizado.”

A OAB faz acusações graves a respeito de alguns magistrados. Segundo a entidade, dois filhos de um juiz atuaram em 179 e 169 processos. A Ordem alega que há favorecimento nesses casos, já que as comarcas em que os dativos atuaram estão sob a responsabilidade do Fórum dirigido pelo pai deles.

Os nomes dos magistrados e dos advogados, contudo, não foram divulgados pela OAB. Por nota, o TJES informou que o caso “está em análise do Corregedor Geral da Justiça e serão dados os devidos trâmites legais”.



PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA: deputados vão votar se mantêm ou derrubam o veto do governador

Hartung barra projeto que proíbe exposição com nudez

Governador disse que a "censura não é algo democrático" e veta proposta do deputado Euclério Sampaio aprovada na Assembleia

Tiago Alencar

O governador Paulo Hartung (PMDB) tornou pública ontem sua decisão de vetar um projeto da Assembleia Legislativa, cujo texto, de autoria do deputado Euclério Sampaio (PDT), pedia a proibição de obras de arte com conteúdos de cunho sexual em ex-

posições artísticas e culturais realizadas em espaços públicos no Espírito Santo.

Nas justificativas para optar pelo veto, o governador disse que "defende a democracia" e que tomou a decisão com base em pareceres da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. "É preciso respeitar todos os lados. Censura não é algo democrático", afirmou Hartung.

O projeto foi aprovado na última segunda-feira, em regime de urgência, com apoio de todos os deputados, à exceção de Sérgio Majeski (PSDB), que se posicionou contrário à proposta.

Na argumentação para aprovação da proposta, Euclério alegou que

"não se trata de punir manifestações quaisquer, senão as de natureza sexual que possam causar constrangimento aos cidadãos de diversas idades, crenças e costumes".

Um dos críticos à proposta que regularia o conteúdo das obras de artes a serem expostas em exposições no Estado, o secretário de Estado de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, chegou a se manifestar pelas redes sociais, defendendo o veto ao projeto, o qual ele classificou como contrário à democracia.

"É um projeto que regula algo que o cidadão é quem decide. Quem tem de entender o que é adequado ou não é o próprio povo. Um pai é quem decide o que é apropriado seu filho ver, por

exemplo", disse o secretário.

VOTAÇÃO

Após o veto, o projeto volta para a Assembleia, que pode decidir por acatar a decisão do governador ou derrubá-la. Para promulgar - tornar lei a proposta -, indo contra o veto do governo, a Casa precisa, por meio de votação nominal, ter maioria simples dos votos dos deputados, ou seja, 16 parlamentares.

Se os deputados derrubarem o veto, o governo precisará recorrer ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), onde vai ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), pedindo sua revogação.

OS ARGUMENTOS

Parecer

O SECRETÁRIO de Estado de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, tornou público os argumentos apresentados ao governo no pedido de veto ao projeto da Assembleia. Ele publicou seu posicionamento nas redes sociais sobre o projeto que proíbe obras de arte com conteúdos de cunho sexual em exposições artísticas realizadas em espaços públicos no Espírito Santo.

Censura

EM UM DE SEUS VÁRIOS argumentos, o secretário aponta a existência de censura prévia no projeto, uma vez que, segundo Júlio Pompeu, delega ao Estado o poder de decisão que é do próprio cidadão.

Constituição

POMPEU busca apoio na Constituição Federal para defender o não prosseguimento da proposta. Ele afirma, no parecer, que a censura é incompatível com a Constituição.

Moralidade

NESTE TRECHO dos argumentos, o secretário diz que não cabe ao Estado regular o que é adequado ou não para o consumo cultural da população. Pompeu cita, como exemplo, que não é moral o ato de alguém deixar de fazer algo porque sabe que está sendo vigiado.

Informação

O ARGUMENTO final é de que a informação ajuda o cidadão a decidir acerca do que vai ver ou não, devendo ele mesmo decidir se pretende estar ou não em determinado local.



ARTISTA nu em museu de São Paulo

PAULO HARTUNG GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

"Levei em conta minha história"

O governador Paulo Hartung (PMDB) falou com *A Tribuna*, na tarde de ontem, sobre sua decisão de vetar o projeto de lei da Assembleia Legislativa, que pretende regular o conteúdo das exposições artísticas e culturais no Estado.

A TRIBUNA - O que o senhor levou em consideração para vetar o projeto da Assembleia?

PAULO HARTUNG - Eu recebi os pareceres da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e, após analisá-los, eu decidi pelo veto.

> Do que tratavam os pareceres?

O parecer da Procuradoria-Geral identificou alguns pontos considerados como inconstitucionais

no projeto. Já a Secretaria de Direitos Humanos questiona o caráter democrático da proposta.

> O senhor acompanhou as discussões acerca do tema nas redes sociais e na imprensa?

Olha, tudo que eu acompanhei foi realmente pela imprensa, pelo que os veículos de comunicação publicaram.

> A ligação do senhor com ar-

“É preciso ter a capacidade de respeitar as decisões contrárias. O importante é manter sempre o debate democrático”

te, e até mesmo da primeira-dama, dona Cristina Gomes, pesaram na decisão?

Como disse antes, estou somando o posicionamento da área de Direitos Humanos, da Procuradoria, e junto a isso levei em conta minha própria história, de luta pela liberdade, pela democracia.

> O senhor não teme reações, principalmente de evangélicos por conta da decisão?

Quem está na posição em que estou, precisa tomar um posicionamento. É preciso também ter a capacidade de respeitar as decisões contrárias. Mas, com disse, ao mesmo tempo que respeito, eu preciso tomar decisões. O importante é manter sempre o debate democrático.

Euclério promete reação

Foi com surpresa que o deputado Euclério Sampaio (PDT) recebeu a informação do veto do governador Paulo Hartung (PMDB), ao projeto de lei de sua autoria, que proíbe exposições artísticas e culturais com teor sexual em espaços públicos no Estado.

Segundo o deputado, o projeto



EUCLÉRIO: "Não entendi o veto"

ainda não saiu da Assembleia. "Não entendi esse veto. O projeto ainda está na Casa, não foi enviado ao governo. Mesmo assim, pretendo lutar pela permanência da proposta", disse.

Ainda segundo Euclério, o governo tem todo o direito de se posicionar de maneira contrária. No entanto, o deputado alerta para as possíveis críticas que a decisão pode receber.

"O governo tem o direito de se posicionar contra a proposta. Estamos em um terreno de ampla democracia. Minha opinião continua a mesma", ressaltou.

O parlamentar disse também que a proposta foi interpretada de maneira controversa nas redes sociais, que não tem censura, mas apenas orientações acerca do conteúdo das exposições.



EZEQUIEL DIAS foi preso em Brejetuba, acusado de matar Zenaide (destaque) a facadas por desconfiar de traição

Taxista é condenado por matar a mulher

Ezequiel Dias recebeu pena de 33 anos de prisão pela morte de Zenaide dos Santos. Crime ocorreu na frente da filha, em 2015

Leone Oliveira

O taxista Ezequiel Dias foi condenado pela Justiça a 33 anos de prisão por ter matado a mulher, a vendedora Zenaide Trindade dos Santos, de 30 anos, a facadas na frente da filha do casal, na época com 4 anos.

A condenação do taxista foi dada pelo Tribunal do Júri da 4ª Vara Criminal de Cariacica, por maioria de votos, e publicada no site do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), na sexta-feira.

O crime foi motivado, segundo a polícia, pelo excessivo ciúme que o

taxista possuía da sua companheira, além de estar desconfiado de que ela o estivesse traído.

Segundo o Conselho de Sentença, o crime foi praticado por motivo fútil, com emprego de meio cruel, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.

Além disso, o júri entendeu ainda que o crime foi cometido por razões de condições do sexo feminino da vítima, envolvendo violência doméstica, bem como o fato de ter sido cometido na presença da filha menor do casal.

Em seu pronunciamento, o Ministério Público do Estado (MP-ES) ressaltou que Ezequiel teria desferido diversos golpes de faca na região do pescoço de sua companheira, causando intenso e desnecessário sofrimento físico à vítima e resultando em sua morte por lesões típicas de esgorjamento.

Ao fixar a pena, a juíza responsável pela sentença afirmou que o crime foi bárbaro, ultrapassando a

natureza violenta do próprio homicídio. Segundo a magistrada, a vítima foi morta em sua própria casa, fato que leva o temor ao cidadão que não se vê protegido nem mesmo dentro de seu lar.

Em sua sentença, a juíza ainda frisou que crimes dessa natureza, graves e brutais, merecem ser combatidos. "O comportamento da vítima não se presta a justificar a conduta do acusado", destacou.

CRIME

A vendedora Zenaide foi morta dentro do apartamento onde morava com Ezequiel e a filha, na época com 4 anos, no bairro Vila-Capixaba, em Cariacica, no dia 23 de setembro de 2015.

Após assassinar a mulher, o taxista pegou a filha do casal e a levou, no táxi que trabalhava, à casa dos pais, em Brejetuba, região serrana do Estado. Ezequiel foi preso no município, no dia seguinte ao crime.

Taxista que matou esposa a facadas na frente da filha é condenado a 33 anos de prisão, no ES

Crime aconteceu em setembro de 2015, dentro do apartamento do casal. Para a justiça, crime foi motivado pelo ciúme que o homem tinha da esposa.

O taxista Ezequiel Vicente Dias, acusado de matar a esposa a facadas na frente da filha de quatro anos, em setembro de 2015, foi condenado a 33 anos de reclusão. A decisão é do Tribunal do Júri da 4ª Vara Criminal de Cariacica.

O crime aconteceu no apartamento do casal, no quarto da filha deles, em Cariacica, no Espírito Santo. O homem informou a polícia sobre o assassinato da mulher e fugiu com a menina, mas acabou preso. A vítima, Zenaide Trindade dos Santos, tinha 30 anos.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), o crime teria sido motivado pelo excessivo ciúme que o taxista sentia da companheira, além da desconfiança de traição. Vizinhos contaram que a filha do casal pedia frequentemente para o pai não matar a mãe.

Para o conselho de sentença, o crime foi praticado por motivo fútil, com emprego de meio cruel, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.

Ao fixar a pena, a juíza responsável afirmou que o crime foi bárbaro, ultrapassando a natureza violenta do próprio homicídio. Segundo a magistrada, o fato de a vítima ter sido morta dentro da própria casa leva temor ao cidadão, que não se vê protegido nem mesmo em sua residência.

Ao somar a pena, a juíza afirmou que crimes dessa natureza, graves e brutais, merecem ser efetivamente combatidos:

“Realmente, a ação do acusado é desprovida de qualquer suporte ético ou moral. Assim, as circunstâncias fáticas realmente exigem um agravamento severo na aplicação da pena base. As consequências extra-penais são registradas nos autos, no sentido de que a vítima teria deixado uma filha menor sem o amor materno, formação e sustento. O comportamento da vítima não se presta a justificar a conduta do acusado”, diz, na decisão.

O G1 tentou contato com a defesa de Ezequiel, mas as ligações não foram atendidas.

Taxista que matou esposa na frente da filha é condenado a 33 anos de prisão, no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/edicoes/v/taxista-que-matou-esposa-na-frente-da-filha-e-condenado-a-33-anos-de-prisao-no-es/6250005/>

REPORTAGEM ESPECIAL

LUTA NA JUSTIÇA

Adolescente recorre ao Judiciário para trocar de nome e de gênero. Caso é o primeiro atendido pela Defensoria no ES

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Aos 16 anos, Arthur carrega em seu nome uma conquista que vai além da mera identificação: a certeza de saber quem ele é e como quer ser reconhecido por toda a sociedade. O adolescente, que nasceu mulher e aos 15 anos se descobriu transexual, buscou o auxílio da Defensoria Pública estadual e agora luta na Justiça para que seu antigo nome seja substituído pelo atual em todos os documentos. Seu caso tornou-se o primeiro pedido de redefinição de nome e de gênero feito pela instituição para um menor de idade.

"Hoje, quando penso na minha infância, em quando eu prendia o cabelo dentro do boné ou me recusava a usar a parte de cima do biquíni e usava avatares masculinos nos jogos, tudo se encaixa. Não tenho vergonha de ter nascido menina, só não é mais quem eu sou. Mas agradeço a quem eu era por me permitir chegar até aqui", orgulha-se Arthur, cujo nome de batismo e o sobrenome não serão revelados para preservar sua identidade.

A descoberta da transexualidade aconteceu em dezembro do ano passado, quando Arthur tinha 15 anos. Mas por muito tempo a sensação de ser diferente dos demais permaneceu como uma interrogação em sua cabeça.

Ele conta que, até os oito anos, não percebia as diferenças entre meninos e meninas. Mas, à medida que descobria as mudanças físicas pelas quais passaria, o descontentamento com a imagem feminina aumentava. A partir daí surgiu a curiosidade.

"Descobri a comunidade LGBT nas redes sociais. Pesquisei muito. Já sabia que existiam heteros e gays, mas não todas as outras sexualidades e que há também a



“

Se me chamam pelo nome de batismo, eu já não escuto. É desconfortável ser chamado assim em público, pois minha aparência é de menino”

ARTHUR, 16 ANOS

questão do gênero. Pensei que eu era lésbica, mas nunca consegui me aceitar assim, nunca pude dizer essa palavra", lembra.

DEPRESSÃO

A falta de respostas deu lugar à angústia, que abriu as portas para uma grave depressão em outubro do ano passado, quando teve crises de ansiedade e se negava a comer. Com o apoio da mãe e acompanhamento psicológico e psiquiátrico, o adolescente superou o episódio. Dois meses depois, durante as férias com o pai na Bahia, afirma, veio a certeza:

"Mandeí uma mensagem para a minha mãe e perguntei o que era transgênero. Eu já conhecia isso desde os 11 anos, mas até então nunca

tive certeza, pois os relatos e experiências de cada um são muito diferentes. Mas ali eu me reconheci."

CONSTRANGIMENTO

De volta à sua casa e com o apoio da família, Arthur assumiu sua identidade masculina e mudou não só o nome social como também o guarda-roupas. Acostumado à nova realidade, ele quer alterar seu registro nos documentos oficiais para dar fim aos constrangimentos.

"Se me chamam pelo meu nome de batismo, eu realmente já não escuto. Além disso, é desconfortável ser chamado assim em um local público. Sou visto de uma forma estranha porque minha aparência é de menino", diz.

ENTENDA

HISTÓRIA

▼ **A luta para mudar o nome**
Aos 16 anos de idade, Arthur buscou o auxílio da Defensoria Pública do Estado para mudar oficialmente seu nome, após se descobrir transexual. Ainda não houve decisão da Justiça.

OS TERMOS

▼ **Transexual e transgênero**
Possuem o mesmo significado: são usados por quem se identifica com um gênero diferente de seu sexo biológico. Do mesmo modo, a palavra travesti se refere às transexuais femininas.

ESCOLA

Segundo ele, ao longo de quase um ano, episódios desse tipo já aconteceram, principalmente na escola em que estuda, uma tradicional instituição particular de Vitória, que se recusa a reconhecê-lo pelo nome social.

Conforme relata a mãe do adolescente, que também não será identificada para não expor o filho, três reuniões foram feitas com a instituição para solicitar a mudança, mas nada foi alterado. Na terceira vez, quando a advogada da família esteve presente, acordou-se que Arthur seria chamado pelo sobrenome.

Mas, mesmo após o acordo, um professor insistiu em não respeitar a vontade do aluno, provocando

um desentendimento em sala de aula. Além disso, Arthur diz que precisa utilizar o banheiro para pessoas com deficiência, já que, segundo ele, a escola argumenta que pais de alunos e professores se sentem constrangidos com sua presença no banheiro masculino. Ele também conta que é impedido de abraçar as amigas.

A própria Defensoria Pública chegou a solicitar por ofício a mudança de postura da escola, mas sem sucesso. "Esta foi a primeira instituição de ensino que se negou a obedecer o nome social por escrito", ressalta Douglas Louzada, defensor público do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da instituição.

NA JUSTIÇA

A solicitação de mudança de gênero e de nome foi feita na semana passada à 1ª Vara da Infância e da Juventude de Vitória, mas ainda não houve decisão. Conforme explica Douglas Louzada, por tratar-se de um caso sem precedentes para a Defensoria, não é possível estipular em quanto tempo o processo será finalizado. A média, em casos de adultos, é de um ano.

"É a primeira vez que a Defensoria atende um adolescente transexual. Nossa expectativa é que a Vara da Infância e da Juventude seja mais efetiva, já que ela conta com assistentes sociais, psicólogos e toda uma equipe que pode atender o adolescente, caso o juiz entenda que isso seja necessário", afirma Douglas.

Ainda assim, Arthur e sua mãe dizem que não desistiram de lutar: "Tenho noção de que a mudança não virá para mim, pois as aulas estão acabando. Mas não quero que outras pessoas passem pelo que eu passo, pois é frustrante e atrapalha a vida. Não vou deixar fingirem que eu não existo", garante ele.

“Eu defendo o direito de o meu filho existir”



Arthur com a mãe: apoio no processo

Mãe do adolescente de 16 anos conta que enfrenta o preconceito para apoiar o filho

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Psicóloga e especialista em sexualidade, a mãe de Arthur pôde utilizar seus conhecimentos profissionais para auxiliar o filho em seu processo de autorreconhecimento enquanto transgênero. Mas nem mesmo a familiaridade com o tema tornou a experiência menos dolorosa para a mãe, cujo principal medo era de que o filho não conseguisse superar as dificuldades que lhe seriam impostas socialmente.

Em entrevista, ela conta como driblou os próprios receios e a falta de apoio de pessoas próximas para aco-

lher o filho integralmente. Sua meta, hoje, é lutar contra o preconceito e garantir a Arthur e a outros transexuais o direito de existir como qualquer pessoa.

Como foi o processo de aceitação após Arthur contar para a família?

Demorou um pouco. Uma coisa é a gente não lidar com as questões com preconceito. Outra é termos que trabalhar elas dentro da gente, com todo o amor que a gente sente, o cuidado e a preocupação. Havia um hábito de 15 anos de chamá-lo pelo nome de batismo. Fizemos, então, um processo de libertação da mulher que nasceu de mim para o homem que tenho hoje. Precisei fazer essa despedida, um processo de gratidão à pessoa que o

trouxe até aqui.

Com os amigos e amigas foi mais rápido. A maior alegria dele foi quando ele contou para as amigas e elas mesmas mudaram o nome dele no grupo de WhatsApp. Depois, ele mudou no nosso também. Mas tivemos que lidar com as dificuldades do mundo, em relação à escola principalmente. Os adultos da minha geração também tiveram muita dificuldade para me entender.

A questão transgênero é muito nova e marginal. Eu conheço os porquês, mas não conhecia como essa situação se apresenta para o sujeito e a família. De repente, me vi sozinha. Quem eu esperava que me desse suporte, não me deu. Fui encontrar isso no grupo de Mães pela Diversidade, que

“Fizemos um processo de libertação da mulher que nasceu de mim para o homem que tenho hoje. Precisei fazer essa despedida, um processo de gratidão à pessoa que o trouxe até aqui”

— MÃE DE ARTHUR

é um coletivo nacional, e de pessoas que me foram sendo apresentadas.

Como você analisa o tema após sua experiência?

Essa vivência que ainda é marginal está sendo trazida à tona para ser discutida em toda a sociedade e isso é importante. Eu sou branca, não sou rica, mas nasci numa família privilegiada, estudei em escola particular. Eu nunca sofri preconceito e não sabia o que era isso. Se existe algum propósito de estarmos aqui é porque temos o privilégio de dar voz a quem era marginal antes. É muito importante falar que esse menino tem mãe, tem pai. Ele não é um menino sozinho para dizerem que é algo cultural, social, econômico. Porque não é verdade. É

algo que acontece com qualquer pessoa. Isso sempre aconteceu, não é novo.

E pelo que você luta hoje?

Eu defendo o direito de o meu filho existir e não vou abrir mão disso. Vou brigar por ele e por todos os que passarem na minha vida, a quem não derem esse direito. Essa é minha bandeira. Eu passei muito tempo depressiva, ia trabalhar vivendo um dia de cada vez. Ele tinha medo de não conseguir enfrentar, eu também tinha esse medo e não podia passar para ele a minha experiência de vida porque essa é a vivência dele. Mas então eu entendi que temos um propósito na vida. Não é à toa que estudei o que estudei. Hoje ele é a minoria, que precisa ser acolhida.

Processo exige análise psicológica

Conforme explica o membro do Conselho Regional de Psicologia do Estado Gustavo Tassis, o processo de mudança de nome de transgêneros na Justiça exige que um parecer seja emitido por um psicólogo para que o pedido seja deferido. Ele ressalta que não se trata de um laudo — já que não há doença — mas sim de um documento breve, que visa sanar as dúvidas do solicitante.

No entanto, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei de Identidade de Gênero, chamado João Nery, que tem o objetivo de fazer com que nem mesmo o parecer seja necessário no futuro, bastando apenas a

autodeclaração.

O psicólogo também ressalta que, em casos em que o paciente se prepara para fazer uma cirurgia de mudança de sexo, o acompanhamento psicológico é necessário para trabalhar com as expectativas e a ansiedade dos sujeitos e não por se encerrar o processo de forma patológica.

“Queremos que no futuro a mudança de nome seja feita pelas vias administrativas e não judiciais. A ideia da despatologização é colocar a transexualidade como uma existência possível e válida. Trata-se de apenas uma característica do indivíduo, que é muito mais do que isso”, pontua Gustavo.

ANÁLISE



“O nome faz parte dos direitos da personalidade do cidadão. Quando um transexual não reconhece o nome de sua certidão de nascimento, considerando a própria dignidade humana, ele deve pleitear a alteração na esfera judicial”

PAULA FITTIPALDI
PROFESSORA DE DIREITO DA FDV

Escola diz que aguarda “exigências legais” para alterar registros

Procurada por A GAZETA, a escola particular em que Arthur estuda em Vitória preferiu se manifestar por nota, afirmando que é “sensível à situação” e que oferece “apoio”. No entanto, alega que, por se tratar de um aluno menor de idade, o pedido de que seu nome social seja utilizado só poderá ser atendido plenamente após o cumprimento dos requisitos constantes da legislação civil e educacional, mas não explicou quais seriam eles.

O nome da instituição não será divulgado para não expor o aluno.

“Tão logo sejam cumpridas as exigências legais pelo aluno, o colégio promoverá todas as alterações nos regis-

tros de seus sistemas de informação, como solicitado. Cumpre, contudo, ressaltar que durante esse período em que se aguarda o cumprimento das exigências legais, o colégio tem adotado medidas internas para evitar que o menor passe por situações constrangedoras ou vexató-

rias”, garantiu, em nota.

Segundo o defensor público Douglas Louzada, o Conselho Nacional de Educação recomenda que as instituições adotem o nome social solicitado pelos alunos.

“Vitória também possui uma lei estadual de 2013 que obriga expressamente que todas as escolas públicas municipais respeitem o nome social. Embora ela sirva para a rede pública da cidade, não há porque as instituições particulares ou de outros níveis de governo não fazerem o mesmo”, diz.

Já o Sindicato das Empresas Particulares de Ensino (Sinepe-ES) disse que “cada instituição age dentro de suas políticas e princípios”.

MEDIDAS

“O colégio tem adotado medidas internas para evitar que o menor passe por constrangimentos”

NOTA DO COLÉGIO EM QUE ARTHUR ESTUDA

Secretária é afastada no dia da posse em Fundão

No mesmo dia em que foi nomeada para o cargo de secretária da Saúde de Fundão, a servidora municipal Roberta Pedroni foi afastada da função pela Justiça, sob acusação de associação criminosa em um suposto esquema de corrupção liderado pelo ex-prefeito do município Anderson Pedroni (PSD).

Além de Roberta, o vereador Marseandro Agostini Lima (PEN) também foi afastado de suas funções sob a mesma acusação. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Estadual (MP-ES), e a decisão foi da juíza da Vara de Fundão, Priscila de Castro Murad.

A nomeação de Roberta aconteceu ontem, durante a posse do prefeito Pretinho Nunes (PDT), eleito no último dia 1º.

Além de perder uma de suas secretárias municipais, o prefeito teve uma cerimônia de posse esvaziada, sem a presença da maioria dos vereadores do Legislativo municipal.

Dos onze parlamentares que compõem a Câmara Municipal de Fundão, seis deles não estiveram na posse do novo chefe do Executivo.

Segundo o vereador Adeilson Broetto (PMN), um dos que não quiseram prestigiar Pretinho, nem mesmo o presidente da Câmara foi ao evento.

“Nós preferimos não estar junto desse grupo. Sei que ele (o prefeito) foi eleito pelo voto do povo, mas foi uma opção nossa”, disse. Procurados, Pretinho e os afastados não foram localizados pela reportagem.

FERNANDO RIBEIRO - 01/10/2017



PRETINHO após a vitória na urna

Justiça determina afastamento de vereador e irmã de ex-prefeito das funções públicas em Fundão, ES

Vereador Sandro Lima (PEN) e funcionária pública Roberta Pedroni foram denunciados por participarem do esquema de corrupção no município.

A Justiça determinou que o vereador Sandro Lima (PEN) e a servidora pública Roberta Pedroni sejam afastados de suas funções. Eles foram denunciados pelo Ministério Público (MP-ES) por corrupção passiva e associação criminosa por participarem de um esquema de corrupção no município de Fundão, na Grande Vitória. A decisão da juíza Priscila de Castro Murad foi expedida nesta sexta-feira (27).

Sandro e Roberta são dois dos seis denunciados por participarem do esquema criminoso. Entre eles também está o ex-prefeito interino de Fundão, Anderson Pedroni, que é irmão de Roberta. Neste sábado (28), o G1 ligou para o advogado de Roberta, Felipe Osório, mas ele indicou o número de outro advogado, que não atendeu as ligações. As ligações para o vereador Sandro Lima, também não foram atendidas.

Segundo o MPES, o grupo teria influenciado para que uma empresa que presta serviços de limpeza pública - que teria apoiado Anderson Pedroni nas campanhas - assumisse a gestão do lixo no município.

Na decisão que ordena o afastamento do vereador e da servidora pública, a juíza diz que os depoimentos das testemunhas ouvidas no curso da investigação e os documentos foram suficientes para atestar a existência, em tese, de fatos criminosos.

“O afastamento das funções públicas revela ser medida mais adequada ao caso, posto que as infrações penais imputadas foram praticadas no exercício de função pública e em razão dela [...] há justo receio de que os denunciados possam continuar utilizando os cargos para dar continuidade à prática delitiva. O afastamento da função pública é medida idônea e capaz de fazer cessar a atuação da associação criminosa e sua influência perante o poder público local”, diz a decisão.

O denunciado Fábio Modesto de Amorim Filho foi excluído do processo por ausência de justa causa. Para a juíza, não havia indícios mínimos de autoria em relação a ele.

O esquema

De acordo com o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), Anderson Pedroni, a irmã Roberta Pedroni e o vereador Sandro Lima tentaram retirar a atual empresa do município para que outro grupo empresarial, que teria apoiado Pedroni nas eleições, assumisse a gestão.

De início, em dezembro de 2016, a irmã de Pedroni teria encontrado o gerente da empresa que tem a atual gestão da limpeza pública com outros dois empresários, comunicando-o que a companhia que apoiou Pedroni assumiria o serviço a partir de 1º de janeiro, data que Pedroni assumiria a prefeitura. Esta seria a retribuição pela ajuda na campanha eleitoral.

A denúncia, assinada pelo promotor de Justiça Eginho Gomes Rios da Silva, aponta que Roberta estaria representando o irmão.

“Estava sendo comunicado de que (a atual empresa) somente deveria prestar os serviços até o final do ano de 2016, promovendo sua ‘saída voluntária’ a partir da virada do ano”, diz um trecho da denúncia.

Em outra oportunidade, o gerente da atual empresa de resíduos teria sido intimidado em via pública pelo vereador Sandro Lima a deixar o contrato. Caso contrário, ele levaria denúncias ao MPES e a outros órgãos de irregularidades da licitação dos serviços.

Ainda segundo a denúncia, esse mesmo gerente foi procurado por um advogado conhecido dele e os sócios do grupo empresarial que teria apoiado Pedroni. Eles teriam pedido propina de 10% do contrato que a atual companhia tem com a prefeitura mensalmente, que é de R\$ 250 mil, mas chega a R\$ 500 mil, segundo o

MPES.

Em outra oportunidade, foi pedido ao gerente R\$ 30 mil fixos pagos por mês, valor que seria para que a atual empresa fosse liberada pelo grupo político a continuar atuando. Manobras políticas seriam realizadas, caso ele não aceitasse a proposta, de acordo com a denúncia.

Até o prefeito interino de Fundão, Eleazar Lopes (PCdoB), que ainda está no poder, teria sido procurado por integrantes do grupo para “romper o contrato imediatamente”. Ele também prestou depoimento.

No documento da denúncia, a concretização do repasse de propinas não é citado.

Ex-prefeito

Anderson Pedroni foi eleito com a maioria dos votos nas eleições de Fundão em 2016. O registro da candidatura, no entanto, foi indeferido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por rejeição de contas quando ele foi prefeito interino em 2011 e ele não assumiu. Anderson chegou a ser preso neste ano.

O prefeito Pretinho Nunes (PDT) foi eleito no último domingo (5), também apoiado por Pedroni e o grupo político dele no município de Fundão.

O outro lado

Quando foram denunciados, os políticos e a empresa afirmaram que não têm participação no esquema.

O advogado que defende Anderson Pedroni e a irmã Roberta, Felipe Osório, disse, na época, que teve acesso parcial à denúncia. Segundo ele, as informações fazem parte de uma “denúncia fictícia”.

“Os depoimentos prestados são de pessoas que são inimigas pessoais e políticas de Pedroni, reconhecida-mente. No programa eleitoral, o Anderson falou em municipalizar a limpeza pública, tirando o setor privado, pois é um gasto. Não tinha nada de trocar de empresa”, salientou.

O advogado ponderou que Anderson Pedroni estava impugnado e não tinha influência para fazer as mudanças na gestão dos resíduos da cidade, assim como a irmã, Roberta, que não era mais secretária de Saúde e atua como servidora pública efetiva.

O vereador Sandro Lima, a época, negou que tenha qualquer participação no esquema. Ele afirmou que está tranquilo com as denúncias e nunca sentou com ninguém para tratar sobre quaisquer irregularidades.

Ele afirma que foi denunciado porque estava fazendo um trabalho de fiscalização, denunciando irregularidades no município.

“Sei que isso não é realidade. Eu não tenho rabo preso. Isso não me abalou em nada. Queria que o MPES também verificasse a atual situação do contrato de limpeza pública, já que está investigando e denunciando a gente”, afirmou.

Neste sábado, o G1 ligou para o vereador, mas ligações não foram atendidas.

Um dos representantes da empresa que teria apoiado Pedroni nas campanhas e envolvida nas denúncias, Cláudio Nunes Braga, também negou qualquer participação dele e de outros citados na denúncia.

“Estão tentando desviar a atenção. Pelo que a gente sabe o vereador (Sandro Lima) estava denunciando o superfaturamento da atual empresa. Não se sabe porque, mas tentaram desviar o foco. É um factóide, uma politicagem. Eu não moro em Fundão. Vou e volto. Conheço as pessoas porque a cidade é pequena”, ressaltou.

A reportagem do G1 não conseguiu contato com os outros acusados e citados. Em entrevista após a eleição suplementar de domingo, Pretinho Nunes, aliado de Pedroni, afirmou que sua prioridade será tirar o serviço de limpeza pública de Fundão do setor privado.

Após 11 dias, Gratz e Valci continuam em liberdade

Já se passaram 11 dias desde que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, no último dia 18, pelas prisões do ex-deputado José Carlos Gratz e do conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado Valci Ferreira. Porém, os dois permanecem soltos.

Já na última terça-feira, o juiz da 8ª Vara Criminal de Vila Velha, Daniel Peçanha, cadastrou os documentos recebidos do STJ no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), ficando a cargo da polícia o cumprimento da decisão.

Questionada se havia algo que estivesse impedindo o cumprimento da prisão, como falta de documentação, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) informou que qualquer agência de segurança pode fazer a prisão, a qualquer momento.

CONTRATO DE LIMPEZA

Justiça aceita denúncia, e Pedroni vira réu por esquema de propina

Servidora, irmã do ex-prefeito interino, e vereador foram afastados de funções



▲ **KAYQUE FABIANO**

A Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público do Estado (MPES) em um caso de suspeita de negociação de propina com empresários do ramo da limpeza pública em Fundão, na última sexta-feira. Com a decisão da juíza Priscila de Castro Murad, que atua na Comarca do município, o ex-prefeito interino Anderson Pedroni (PSD) se tornou réu.

A juíza também acolheu pedido do MPES e afastou dos cargos a servidora pública, Roberta Pedroni, ex-secretária municipal de Saúde, e o vereador Marseandro Agostini Lima (PEN), o Sandro Lima, que também viraram réus. Também são



RICARDO MEDEIROS - ARQUIVO

Anderson Pedroni é apontado pelo MPES como chefe de organização criminosa

alvos da ação o empresário Cláudio Nunes Braga, o advogado Sérgio Telles Vasconcelos e o irmão dele, Hélio Vasconcelos.

De acordo com a denúncia assinada pelo promotor de Justiça de Fundão, Egino Gomes Rios da Silva, o grupo agiu coordenadamente para que a empresa que presta o serviço de limpeza pública na cidade fos-

se substituída por uma firma ligada a Cláudio.

Roberta Pedroni é irmã do ex-prefeito interino, considerado pelo MPES como "o chefe da organização criminosa", pois "orientava os demais integrantes e acompanhava os acontecimentos, mesmo que a distância cautelosa", agindo com o propósito de agraciar empresas e parti-

culares que apoiaram sua candidatura".

No pedido que determina o afastamento de Roberta, o promotor também destaca que "Roberta teve a iniciativa de marcar um encontro com representante da empresa Fortaleza Ambiental e atuou em nome de seu irmão para exigir a saída da citada empresa, no intuito de

INFRAÇÕES

"O afastamento das funções públicas revela ser medida mais adequada ao caso, posto que as infrações penais foram praticadas no exercício de função"

PRISCILA DE CASTRO
JUÍZA

substituí-la por empresa vinculada ao grupo".

A denúncia diz ainda que Sandro Lima "exercia papel de destaque na associação criminosa, atuando em frentes variadas para a obtenção do propósito ilícito do grupo. (...) Teve atuação intensa no decorrer dos últimos meses, abordando diversas autoridades locais de forma insistente e incisiva, sempre tentando pressionar os agente públicos a atender seus anseios, de modo a afastar a empresa que atualmente presta o serviço de limpeza pública".

Sobre o afastamento da servidora e do vereador, a juíza Priscila de Castro

afirma, na decisão, que "o afastamento das funções públicas revela ser medida mais adequada ao caso, posto que as infrações penais imputadas foram praticadas no exercício de função pública e em razão dela e, diante do modus operandi empregado no esquema denunciado, há justo receio de que os denunciados possam continuar usando os cargos para dar continuidade à prática delitiva".

DEFESA

Procurada, a defesa de Roberta Pedroni afirmou que já prepara uma impugnação da decisão no Tribunal de Justiça, por "entender que a suspensão das atividades funcionais nesse início de processo é prematura e que pode configurar uma antecipação de sanção, que, no entendimento da defesa, seria indevida para essa etapa do processo".

Procurado, o ex-prefeito interino de Fundão Anderson Pedroni não atendeu às ligações. A reportagem não conseguiu contato com as defesas dos demais investigados.

No Espírito Santo, consumidor deve ser indenizado em R\$ 3 mil por atraso no reparo de ar condicionado

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?menuSistema=mn331&entity.id=360290>

Amigos de vendedora morta pelo ex protestam pelo fim da violência

Adriana Ornellas foi assassinada pelo antigo companheiro, no último dia 23; ela foi atropelada e agredida

Amigos e familiares da professora e vendedora Adriana Ornellas de Carvalho, 35, realizaram um a passeata na região Central de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado pedindo um basta na violência contra as mulheres.

Adriana foi assassinada na última segunda-feira (23) pelo ex companheiro no bairro Monte Cristo, em Cachoeiro.

Antes de sair pelas ruas, eles participaram da missa de 7º dia na Catedral São Pedro, no Centro. Com um carro de som e cartaz eles pediam justiça e mais segurança para as mulheres.

“A gente espera que as pessoas se mobilizem em defesa da mulher. Que a sociedade perceba que não é uma causa só da família da Adriana, mas sim de todas as famílias que sofrem violência”, disse a secretária, Jane Rocha, 39, que era amiga de Adriana.

Os manifestantes percorreram a Avenida Beira-Rio, uma das mais movimentadas da cidade e, em seguida, encerraram o movimento.

Relembre o caso

O crime aconteceu no final da manhã da última segunda-feira (23) no bairro Monte Cristo. Testemunhas contaram para a Polícia Militar que Adriana pilotava uma Honda Biz, quando o ex, em um carro modelo Golf, de cor branca, atingiu a traseira da moto.

Os veículos estavam em alta velocidade. Após Adriana cair, o acusado ainda a atropelou e depois saiu do veículo e agrediu a mulher, mesmo ela estando desacordada. Após as agressões, o suspeito, que seria ex companheiro da vítima, fugiu. A placa do veículo Golf ficou no local do crime.

Uma conhecida do casal, que preferiu não se identificar, disse que o relacionamento era marcado por agressões. Eles estavam juntos há mais de cinco anos, durante esse período ele foi detido, mas saiu da prisão há um ano, quando eles foram morar juntos.

Há cerca de três meses, eles se decidiram morar em casas separadas, mas continuaram namorando. O relacionamento terminou na última quinta-feira (19). “Espero que a justiça seja feita, porque foi uma crueldade muito grande, por mais que aconteça algo entre eles, ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém”, desabafou a conhecida.

Violência

De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, mais de uma mulher foi vítima de algum tipo de violência doméstica em Cachoeiro de Itapemirim de janeiro a setembro deste ano. Confira os dados:

Boletins registrados: 978 só de violência doméstica) - média de 108 boletins por mês

216 inquéritos policiais concluídos e 230 remetidos para a Justiça.

160 Medidas Protetivas de Urgência

30 visitas tranquilizadoras solicitadas para a Polícia Militar

Entres os crimes mais cometidos estão:

314 lesões corporais, 473 ameaças, 86 estupros, 42 vias de fato e 26 estupros de vulnerável.